

Como se monta um coletivo de base?

“Não imagine que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo que a coisa que se combata seja abominável. É a ligação do desejo com a realidade [e não sua fuga, nas formas da representação] que possui uma força revolucionária”

Michel Foucault, *Introdução à vida não-fascista*

Porque a sociedade é cheia de conflitos, existem movimentos. Os movimentos dizem respeito a organização dos interesses de setores contra os interesses de outros setores. Mas o movimento, mesmo ele, tem também, em si, distintos interesses. O movimento vem a ser: a forma como se apresenta hoje, é fruto da força que determinados interesses tiveram para formá-lo, dar-lhe as pautas, as formas de organização, as preocupações e os modos de agir. Portanto, no movimento temos correntes, tendências e organizações. Elas se formam segundo diferentes entendimentos do que o movimento deve vir-a-ser.

Então existem dois níveis de conflitos de interesses: os que são internos ao movimento [as distintas correntes, tendências e organizações] e os que são externos ao movimento [por exemplo, o patronato contra a classe trabalhadora, o latifúndio contra o campesinato, as reitorias contra os estudantes]. Externamente, dificilmente os conflitos deixarão de ocorrer: as reitorias querem determinada universidade, o m.e. quer outra; o patronato quer salários baixos, a classe trabalhadora quer melhorar seu nível de vida; etc.

Visto que os interesses externos são diferentes, os conflitos ocorrerão, quer existam quer não existam organizações, tendências ou correntes que os impulsionem: os conflitos externos dizem respeito ao próprio movimento contra quem o oprime, explora ou quer enquadrar-lhe. Se estas organizações, tendências ou correntes não existirem, é mais provável que a reitoria consiga vencer o movimento, quer dizer, consiga não atender as reivindicações estudantis, seja utilizando meios repressivos, seja ignorando ou cooptando o movimento. Se existem organizações que são contra a reitoria e seus projetos; e como estas organizações, internas ao movimento, buscam incidir sobre o próprio movimento; então este tem mais chances de vencer a reitoria, fazendo com que os interesses estudantis prevaleçam sobre os interesses da reitoria, porque o movimento tem, dentro de si, núcleo duros, definidos, que lutam contra a reitoria, por exemplo, para determinar o vir-a-ser do movimento.

Mas, conforme indicamos, há conflitos internos ao movimento. Distintas organizações terão distintas visões sobre como o movimento deve vir-a-ser. Partidos [de massas ou de quadros], frentes estudantis que os partidos impulsionam ou coletivos; são alguns exemplos de organizações que atuam no movimento.

Um coletivo é um grupamento orgânico ao movimento. É orgânico porque não é colado de fora para dentro, como o são muitas organizações: surge diretamente de processos de luta ou de afinidades entre individualidades que compõe o movimento. Não existem objetivos dados desde sempre para um coletivo; geralmente, seus interesses serão contrários aos interesses externos da reitoria; mas também, serão contrários aos interesses internos de outras organizações do movimento, como os partidos. O partido de quadros, ou de vanguarda, vai ao movimento para aparelhá-lo, quer dizer, para fazer com que o movimento deixe de defender seus interesses em benefício dos interesses do próprio partido; o partido de massas vai ao movimento para cooptá-lo, de modo que ele deixe de defender seus interesses para defender os interesses do partido, que, muitas vezes, está atrelado com os interesses do estado e do grande capital. Para conseguir aparelhar ou cooptar o movimento os partidos têm muitas formas de ação: burocratizar o movimento, de forma a que a maior parte das individualidades que o compõe não consigam se expressar de maneira adequada; fazer acordos pelas costas da base; esvaziá-lo, caso o movimento caminhe em um sentido que contrarie os interesses do partido; trair o movimento, e isto de várias maneiras; comprar lideranças, com favores, benefícios, privilégios ou dinheiro, pura e simplesmente; mentiras, boatos, delações, ou, em casos extremos, assassinatos, conforme nos lega a história, etc.

O coletivo surge, pois, tanto para lutar contra os interesses externos ao movimento, como para lutar contra outros interesses internos. Ele surgirá, provavelmente, por afinidades em processos de lutas ou de idéias. A partir de reuniões de formação do coletivo, estas afinidades serão expressas em uma carta de intenções: nela, as individualidades que compõe o coletivo justificarão a necessidade de um coletivo; do mesmo modo, normalmente, o coletivo, para se diferenciar de tantos outros coletivos que existem, terá um nome próprio, um logotipo, etc., quer dizer, elementos de identidade do grupo. Como o coletivo é radicalmente anti-hierárquico, não se fiando em distinções entre dirigentes e dirigidos [ou entre trabalho intelectual e trabalho braçal, com uns pensando e o restante executando], ele deve ter reuniões onde as coisas [o que fazer? como fazer? por que fazer?] serão discutidas e deliberadas, ouvindo-se a opiniões de todos que quiserem se fazer ouvir, buscando-se o consenso quando possível [para evitar um lógica de “divergiu, vota”, que divide e cria intrigas no movimento e no coletivo], mas também votando, quando necessário for [caso contrário, a ação paralisa-se]. Do mesmo modo, as reuniões do coletivo não podem ser esparsas, mas constantes, segundo a disponibilidade de seus membros: a burocratização surge, também, da desmobilização. Como o coletivo terá uma história a ser escrita, quem sabe, algum dia; e também para evitar divergências sobre o que foi decidido, as reuniões do coletivo devem sempre ser transcritas em ata,

inclusive, em caso de votações, para que se possibilite o balanço da atuação do coletivo. Do mesmo modo, o coletivo, caso tenha movimentações financeiras, e cedo ou tarde as terá, deve ter um livro-caixa, ou algum controle sobre a grana que entra e a que sai, tudo justificado, se possível.

Assim como um indivíduo isolado é mais fraco que um coletivo, do mesmo modo, um coletivo isolado é mais fraco que um coletivo de coletivos. Por isso, o coletivo deve buscar entrar em contato com outros coletivos que lhe sejam afins, para coordenar forças, se possível, trocar experiências, conseguir suportes, apoiar-se mutuamente etc. [federalismo]; as relações entre coletivos não são, portanto, de controle ou de mando de um para o outro [centralismo]; assim, o coletivo deve ter meios de correspondência: cartas, e-mail, orkut, facebook, caixa postal, etc., tudo segundo as necessidades de comunicação externa do coletivo; internamente as individualidades devem se comunicar também; por isso, grupos de mail, do facebook ou, o mais recomendado, do we.riseup.net, site cujo função é dar suporte de comunicação para coletivos e organizações militantes, sendo, pois, mais seguro. Embora a internet seja um excelente meio de comunicação, o que facilita a organização da luta; ela também é um excelente meio de controle, que facilita a repressão; por isso, a máxima “tornar público o que convém tornar público, e manter privado o que convém manter privado” deve ser observada sempre.

O coletivo não ficará restrito a si mesmo: mas irá propagandear suas concepções, ações e idéias. Portanto, isto também deve ser organizado. Da mesma maneira, como não são todos do coletivo que leram as mesmas coisas, o que é muito saudável, ou tem os mesmos conhecimentos, é provável que o coletivo tenha espaços de formação política, portanto, humana, de seus distintos membros. Existem muitas formas de se fazer formação política, desde leituras de textos, até a organização de eventos, internos ou externos, com militantes, professorxs, etc.

Na sua atuação política, o coletivo, por ser orgânico ao movimento, buscará construir o próprio movimento, na medida em que construir o movimento é construir o coletivo, e não que construir o coletivo é construir o movimento. Assim, as forças do coletivo deverão ser empregadas, sempre, no trabalho de base, objetivando com que as pessoas percebam os problemas de seu cotidiano, as pequenas dominações e explorações, enfim, querendo fazer ver as relações de poder que se escondem por trás do que é naturalizado pela grande mídia, instituições e pela sociedade como um todo: tudo que é de um jeito, poderia ser de outro. O papel do coletivo é garantir que o movimento seja sempre o mais amplo e democrático, e que os mecanismos de base do movimento [como assembleias, plenárias, etc.] não sejam nem palanques de futuros deputados [cooptação], tampoucos espaços onde somente se carimba o que já foi debatido pelas supostas direções e vanguardas do movimento [vanguardismo]; o coletivo deve garantir que cada individualidade do movimento tenha a garantia de seu direito de fala, de voto e de ação. Evidentemente, os membros do coletivo terão opiniões próprias nas assembleias e etc.; mas compreendem que a riqueza de opiniões é sempre melhor que a pobreza, de modo que evita-se ir para o movimento com posições previamente fechadas [debatidas, por exemplo, nas reuniões do coletivo, que depois somente as apresentará em público], o que mata a espontaneidade e, a médio longo prazo, asfixia o próprio movimento.

Tudo isto não quer dizer que o coletivo não tem posições próprias; ao contrário, ele as deve possuir. O simples fato da luta do coletivo ser por democracia direta; por métodos onde as pessoas façam por si e lutem por si mesmas sem depender da representação de iluminadxs [ação direta]; permitindo a participação dos partidos no movimento, sem que aqueles aparelhem ou cooptem este [autonomia do coletivo e do movimento frente aos partidos], porque é direito de qualquer individualidade organizar-se com outras individualidades que partilham de concepções comuns. Assim como o coletivo não se fia nos partidos, do mesmo modo, não acredita no estado, porque sabe que o estado é um aparelho de dominação do povo em benefício das elites [autonomia frente ao partido e ao patronato]. O coletivo sabe que o capitalismo e o estado tiram das pessoas o direito de decidir sobre suas próprias vidas [heterogestão], e, assim, o coletivo é um defensor incansável de decisões coletivas, onde cada um toma responsabilidades e as cumpre, delibera sobre, e se autogoverna individual e coletivamente [autogestão].

O coletivo não tem ilusões. Ele sabe que o isolamento leva a derrota, e que o povo na rua leva à vitória. Por isso, por exemplo, no movimento estudantil, o coletivo não se dobra sobre si avaliando somente seu próprio umbigo. O coletivo sabe que quanto mais forças conseguir aglutinar, em benefício de um projeto de luta contra a dominação e a exploração, tanto maior são as chances do projeto vencer. Por isso, o coletivo nunca é corporativista: ao contrário, sabe da necessidade da solidariedade com outros setores em luta anti-capitalista, anti-estatista, etc. Do mesmo modo, o coletivo não busca estabelecer relações de mando com o povo; ou só vai até este quando as lutas estão estourando para controlar o movimento popular [dirigismo; vanguardismo]; o coletivo empenha-se em estabelecer os mais sólidos laços de confiança com o povo [trabalho de base; basismo; auto-determinação].

Enfim, em um momento de aprofundo aparelhamento dos movimentos pelos partidos, quem sabe não os coletivos de base a solução para, no fim das contas, conseguir reavivar a chama do povo contra a exploração e a dominação, que a cada dia aumenta mais e mais?

C.A.S.O. Coletivo de Ação Social
Marília/SP